



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº



03426824

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 0324775-60.2010.8.26.0000, da Comarca de
Ribeirão Preto, em que é apelante MARIA CECILIA
RIBEIRO NANTES (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado SUL
AMERICA CIA NACIONAL DE EEGUROS.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "DERAM PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO. V.
U.", de conformidade com o voto do Relator, que
integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores MELLO PINTO (Presidente sem voto),
JÚLIO VIDAL e CESAR LACERDA.

São Paulo, 1 de março de 2011.

CELSO PIMENTEL
RELATOR

C.at

Certa a invalidez parcial e permanente da vítima de acidente de trânsito, amplia-se o decreto de parcial procedência da demanda por diferença de indenização do seguro obrigatório, impondo-se condenação em verbas de sucumbência.

Autora apela da respeitável sentença que lhe julgou procedente em parte demanda de indenização do seguro obrigatório. Insiste em seu direito ao montante de quarenta salários mínimos, maior que o de quatorze acolhido, e quer honorários advocatícios de sucumbência.

Dispensava-se preparo.

É o relatório.


Pouco feliz na avaliação mais precisa, a perícia, apesar disso, estimou invalidez parcial e permanente de cinquenta por cento do membro superior direito da autora lesado no acidente de trânsito (fl. 119).

A estimativa corresponde, observada a tabela própria, a 35% de quarenta salários mínimos, quer dizer, a quatorze salários mínimos deferidos pela respeitável sentença.

Como não houve pagamento anterior e a menor, o valor do salário mínimo será o vigente quando da efetiva satisfação do débito, a que fica condenada a seguradora a pagar, com correção monetária desde o anterior reajuste e com juros de mora a partir da citação.

Ampliada, assim, a parcial procedência da demanda, condena-se a ré também ao pagamento das custas e das despesas processuais, além de honorários advocatícios arbitrados em dez por cento sobre o débito, já considerada a decadência parcial.

Pelas razões expostas e para os fins assinalados, dá-se parcial provimento ao apelo.



Celso Pimentel
relator